

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E NEUROPSICOPEDAGÓGICAS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Amanda Santos Silva¹

Melissa de Santana Dias²

Ivania Batista de Oliveira Farias³

Lormina Barreto Neta⁴

Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental no cenário educacional brasileiro, especialmente a partir da ampliação de políticas públicas que garantem o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no ensino regular (BRASIL, 2008). Dentre esses estudantes, aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam especificidades relacionadas à comunicação, interação social e processamento cognitivo, o que demanda práticas pedagógicas diferenciadas e fundamentadas teoricamente (MANTOAN, 2003).

Apesar dos avanços normativos, observa-se que a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios, sobretudo no que se refere à aprendizagem significativa. Nesse contexto, a articulação entre pedagogia e neurociência tem ganhado destaque, especialmente por meio da neuropsicopedagogia, que busca compreender o processo de aprendizagem a partir do funcionamento cerebral e das funções cognitivas superiores (GAZARINI, 2024; BONIOLO, 2023).

Estudos apontam que a aprendizagem está diretamente relacionada à capacidade de reorganização do cérebro, denominada neuroplasticidade, que permite a formação de novas conexões neurais a partir de estímulos e experiências, contribuindo para a aquisição e consolidação do conhecimento. Além disso, funções como atenção, memória, motivação e emoções exercem papel central no processo de aprendizagem, influenciando diretamente o desempenho escolar.

¹Graduanda de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, amandapergentino674@gmail.com

²Graduanda de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, melissasantana595@gmail.com

³Doutora em Biologia Vegetal – UEFS e Especialista em Psicopedagogia – UCB-RJ, ivaniasfarias@uneb.br

⁴Doutora em Educação e Currículo – PUC-SP, lneta@uneb.br



Diante desse cenário, problematiza-se: quais práticas e neuropsicopedagógicas têm sido apontadas pela literatura como eficazes na inclusão de estudantes com TEA?

O presente estudo tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, as principais práticas pedagógicas e neuropsicopedagógicas voltadas ao atendimento de estudantes com TEA no ensino regular, destacando contribuições teóricas clássicas e contemporâneas e suas implicações para a prática docente.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais, incluindo artigos publicados entre 2023 e 2026, bem como obras clássicas da área da educação e neurociência.

Foram selecionados estudos disponíveis em bases como Scielo, Google Acadêmico e periódicos especializados, que abordam práticas pedagógicas inclusivas, intervenções neuropsicopedagógicas e fundamentos da neurociência aplicados à educação. A análise dos dados foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica, com categorização temática.

O referencial teórico articula contribuições de autores como Paulo Freire, Lev Vygotsky, Maria Teresa Eglér Mantoan, além de estudos contemporâneos sobre neurociência e aprendizagem.

Discussão e Resultados

A análise de Silva (2025), evidencia que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige a superação de práticas pedagógicas tradicionais, historicamente fundamentadas na homogeneização do ensino e na padronização dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, a inclusão não se reduz ao acesso físico à escola, mas implica a transformação das práticas pedagógicas e das concepções de ensino, conforme defende Mantoan (2003), ao afirmar que a escola inclusiva deve se reorganizar para atender a todos os estudantes, respeitando suas singularidades.

Sob a ótica de Boniolo (2023), a aprendizagem é compreendida como um processo dinâmico, resultante da neuroplasticidade, que possibilita a reorganização contínua das conexões neurais a partir das experiências vivenciadas. Esse entendimento rompe com concepções deterministas e reforça o potencial de desenvolvimento dos estudantes com



TEA, desde que inseridos em contextos pedagógicos ricos em estímulos significativos e intencionalmente planejados.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2003), orienta que práticas pedagógicas estruturadas, que envolvem repetição significativa, mediação intencional e organização do ambiente de aprendizagem, favorecem a consolidação da memória e o desenvolvimento cognitivo. A atenção e a motivação assumem papel central nesse processo, pois atuam na seleção, codificação e retenção das informações, evidenciando que aprender não é apenas um ato cognitivo, mas também emocional e relacional.

À luz da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (1991), destaca-se o papel da mediação pedagógica e da interação social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Essa perspectiva reforça que o aprendizado ocorre na relação com o outro, sendo o professor um agente mediador fundamental. Em diálogo com essa abordagem, Freire (1996) propõe uma prática educativa dialógica, crítica e contextualizada, que reconhece o estudante como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

No campo da neuropsicopedagogia, os achados apontam para a relevância de intervenções que considerem o funcionamento das funções executivas, como planejamento, controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. Segundo Rosas (2024), em estudantes com TEA, essas funções frequentemente apresentam alterações, o que exige práticas pedagógicas que promovam organização, previsibilidade e apoio visual, contribuindo para a autorregulação e autonomia.

Outro aspecto central refere-se à dimensão emocional da aprendizagem. Evidências indicam que emoções positivas favorecem a atenção, a memória e o engajamento, enquanto experiências negativas podem gerar bloqueios cognitivos. Assim, o estabelecimento de vínculos afetivos, a construção de ambientes acolhedores e a valorização do estudante tornam-se elementos indispensáveis no processo educativo inclusivo.

Ademais, a organização do ambiente escolar se apresenta como um fator determinante. Ambientes enriquecidos, estruturados e sensorialmente adequados favorecem a formação de conexões neurais mais complexas e a redução de estímulos distratores, aspecto especialmente relevante para estudantes com TEA.



A literatura também destaca o uso de tecnologias assistivas, recursos multissensoriais e metodologias ativas. De acordo com Souza (2025), são estratégias que ampliam o acesso ao currículo e promovem maior engajamento e autonomia. Contudo, apesar das evidências sobre práticas eficazes, observa-se uma lacuna significativa na formação inicial e continuada de professores, o que limita a implementação de práticas inclusivas consistentes.

Dessa forma, os resultados apontam que a efetivação da inclusão depende não apenas de estratégias pedagógicas, mas de uma mudança paradigmática na concepção de ensino, aprendizagem e diversidade, exigindo uma atuação docente crítica, reflexiva e fundamentada em evidências científicas.

Conclusões

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular exige a superação de práticas pedagógicas padronizadas e a adoção de abordagens que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A partir do diálogo entre pedagogia, neurociência e neuropsicopedagogia, evidencia-se que a aprendizagem ocorre de forma mais efetiva quando são considerados aspectos cognitivos, emocionais e contextuais, especialmente por meio de práticas estruturadas, mediação intencional e ambientes organizados e acolhedores.

Os resultados apontam que estratégias como o uso de recursos visuais, a previsibilidade das rotinas, o estímulo às funções executivas e a valorização do vínculo pedagógico contribuem significativamente para o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes com TEA. Nessa perspectiva, a mediação docente, conforme discutida por Lev Vygotsky e Paulo Freire, assume papel central, ao promover interações significativas e contextualizadas. Complementarmente, Maria Teresa Eglér Mantoan reforça que a inclusão implica transformação das práticas e da cultura escolar, e não apenas a inserção do estudante no espaço físico da escola.

Por fim, destaca-se que a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade depende do investimento contínuo na formação docente e na consolidação de práticas fundamentadas em evidências científicas. Assim, torna-se imprescindível o compromisso institucional e coletivo com a construção de uma escola que garanta não apenas o acesso, mas condições reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos os estudantes.



Palavras-chave: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Neuropsicopedagogia; Práticas Pedagógicas.

Referências:

BONIOLO, Erinilza Ciciliati. Neuroplasticidade e memorização duradoura: fatores que interferem na capacidade de aprendizagem. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAZARINI, Lucas. Neurociência e aprendizagem. Campo Grande: UFMS, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ROSAS, C. C.; ALMEIDA, L. T. A.; RIBEIRO, M. G. L. Práticas pedagógicas para estudantes com TEA. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2024.

SILVA, L. L.; BARUFFI, P. H. G. O autismo e a educação inclusiva. Revista Ibero-Americana, 2025.

SOUZA, L. B. P.; SILVA, T. A. Escola inclusiva para alunos com TEA: adaptação curricular e tecnologia assistiva. Revista Aprender, 2025.

VYGOTSKY, Lev. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

